DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANIZAÇÃO EM PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS: OS DOIS SISTEMAS DE FLUXO DA ECONOMIA URBANA E SUAS IMPLICAÇÕES ESPACIAIS *

Milton Santos **

Gostaria de discutir um problema que toca diferentes disciplinas — o que não o torna menos geográfico — mas que tem recebido pouca atenção por parte dos especialistas. Refiro-me à existência, nas cidades de países subdesenvolvidos, de dois sistemas de fluxo econômico, cada um sendo um subsistema do sistema global que a cidade em si representa.

Certamente, esse tema herdou algo de um outro mais antigo, o do dualismo, o qual tem recebido várias definições na literatura referente ao subdesenvolvimento. Entre os primeiros autores que trataram de uma forma nova a questão, estudada previamente por Geertz (1963), T. G. Mcgee (1970 e 1971) fala de "dualismo dentro de dualismo" e Mckee e Leahy (1970) referem-se a "intradualismo urbano", enquanto Frakenhoff (1971) reporta-se à oposição entre a economia da "favela" e a economia do "centro".

De minha parte, acredito que, da mesma maneira que tem sido refutada a existência de um dualismo nos países subdesenvolvidos, deve-se refutar o conceito de dualismo urbano na descrição, análise e interpretação do que ocorre na economia das cidades de países subdesenvolvidos (MCGEE, 1971). Porque assim como, no conjunto de um país, a oposição, mesmo o antagonismo, de situações de desenvolvimento é o produto de uma só e mesma articulação causal, a existên-

* Traduzido do original inglês por Tania Bondezan e Amélia Luísa Bamiani.

** Professor visitante de Geografia e Planejamento Urbano. *Edward Larocque Tinker*, Universidade de Columbia, New York.

cia de dois sistemas de fluxo na economia das cidades é o resultado do mesmo grupo de fatores, que, para simplificar, denominaremos *modernização tecnológica*.

A palavra *modernização,* especialmente entre sociólogos, foi e continua sendo objeto de intensa discussão semântica. Entre os geógrafos, fala-se preferivelmente de *modernizações,* no plural (SANTOS, 1972). Cada vez que, dentro do centro do sistema mundial os subsistemas econômico, social, político, cultural e moral e seus respectivos suportes criam novas variáveis do passado, a projeção do sistema mundial sobre unidades espaciais dependentes adota formas diferentes. As forças nascidas no período de comércio em grande escala diferem daquelas das fases subseqüentes da manufatura, da indústria e do atual período tecnológico. Suas repercussões nas áreas periféricas são também diferentes.

A GÊNESE DOS DOIS SISTEMAS DE FLUXO DA ECONOMIA URBANA NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

As tendências da modernização contemporânea, produtos do sistema tecnológico, são controladas pelo poder da indústria em grande escala, basicamente representada pelas firmas multinacionais, pelo peso esmagador da tecnologia que dá à pesquisa um papel autônomo dentro do sistema e por alguns de seus suportes, tais como as modernas formas de difusão da informação.

Nos países subdesenvolvidos, as repercussões deste novo período histórico são muitas e profundas. Pela primeira vez na história desses países, variáveis elaboradas no exterior têm uma difusão geral sobre toda ou sobre a maior parte do território e afetam todos os habitantes, embora em diferentes níveis. A difusão da informação e de novas formas de consumo constituem dois dos maiores elementos da explicação geográfica. Por intermédio de suas várias repercussões, elas geram, ao mesmo tempo, ambas as forças: a de concentração e a de dispersão, cuja interação define os modos de organização espacial.

A revolução no campo do consumo tem sido acompanhada por uma deformação da estrutura do consumo (FURTADO, 1968), resultando nas novas formas de produção e comércio. A escala e as condições das novas formas de produção dependem do progresso tecnológico emanado dos pólos.

Estas tendências de modernização contemporânea, nos países do Terceiro Mundo, geram somente um número limitado de empregos, visto que as indústrias que estão sendo instaladas são de "capital in-

tensivo" (ECKAUS, 1955). Além disso, uma parte considerável dos empregos indiretos resultantes é gerada nas "zonas centrais" ou para expatriados destas zonas. A indústria é, conseqüentemente, cada vez menos uma resposta à necessidade de geração de empregos. Como a agricultura, também ela testemunha um declínio de seus efetivos, ou porque caminha a passos muito lentos ou porque passa por modernização. Essa é uma das explicações para o êxodo rural e a urbanização terciária: nas cidades de países subdesenvolvidos, o mercado de trabalho está se deteriorando, e uma alta porcentagem de pessoas não tem emprego nem renda permanentes.

A presença de uma massa populacional com salários muito baixos, dependendo de trabalho ocasional para viver, ao lado de uma minoria com altos salários, cria na sociedade urbana uma distinção entre os que têm permanente acesso aos bens e serviços oferecidos e os que, mesmo apresentando necessidads similares, não podem satisfazê-las. Isto cria ao mesmo tempo diferenças qualitativas e quantitativas de consumo. Estas diferenças são, ambas, causa e efeito da existência, isto é, da criação ou manutenção, nestas cidades, de dois sistemas de fluxo que afetam a fabricação, a distribuição e o consumo de bens e serviços.

Um destes dois sistemas de fluxo é o resultado direto da modernização e diz respeito a atividades criadas para servir ao progresso tecnológico e à população que dele se beneficia. O outro é também um resultado da modernização, mas um resultado indireto, visto que concerne àqueles indivíduos que só parcialmente se beneficiam, ou absolutamente não se beneficiam, do recente progresso técnico e das vantagens a ele ligadas.

Sem dúvida, deve-se fazer uma distinção entre países que têm uma civilização urbana antiga e aqueles que apenas recentemente conheceram este fenômeno, ou mesmo muito recentemente. No primeiro grupo, o fenômeno da modernização cria novas estruturas que se impõem sobre as estruturas pré-existentes nas cidades, provocando sua modificação como resultado do contato com novas realidades. Nos outros, a organização cria, de um só golpe, duas formas integradas de organização econômica urbana. Em ambos os casos, o fenômeno dos dois sistemas de fluxo está presente.

Deste modo, não há dualismo, desde que ambos os sistemas de fluxo têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas, e ambos são interligados. Na realidade, e a despeito de sua aparente interdependência, o sistema inferior parece ser dependente do sistema superior, da mesma maneira como as atividades rurais tradicionais dependem das atividades modernas (HAVENS e FLINN, 1976).

Este novo tema de estudo é útil não só para a compreensão do funcionamento da cidade como uma máquina de subsistência, mas também para a explicação, sob uma nova ótica, do relacionamento externo que a cidade desenvolve, quer com sua região de influência, quer com outras cidades.

O tema dos dois sistemas de fluxo da economia urbana aparece então como um verdadeiro e novo paradigma da Geografia Urbana e do planejamento em países subdesenvolvidos.

Geertz (1963) falou de "firm centred economy" (economia centralizada estável) e em "bazaar economy" (economia de bazar). Para considerar-se a variedade de situações nas cidades do Terceiro Mundo, preferiria chamar estes dois sistemas de fluxo do sistema urbano de "upper system" e "lower system" (sistema superior e sistema inferior) (SANTOS, 1971). Num trabalho anterior (SANTOS, 1970a), falei de um sistema moderno e de um sistema tradicional. Abandonei esta terminologia por várias razões. Primeiramente porque estas duas expressões já estão sobrecarregadas de significados: de fato, as discussões que se desencadeiam aqui e ali com o propósito de distinguir o que é chamado de moderno e de tradicional ainda estão longe de uma conclusão. Conservar estas designações seria preservar uma fonte de ambigüidades. Além disso, nem sempre é possível datar exatamente as atividades do sistema superior, desde que elas não são definidas por sua idade, como as atividades similares em países desenvolvidos, mas antes por seu modo de organização e de comportamento. Parece difícil chamar o sistema inferior de tradicional, não só por ser um produto da modernização, mas por estar envolvido num processo permanente de transformação e adaptação (HAGEN, 1962) e também por manter-se, de certo modo, em todas as cidades, direta ou indiretamente, nos chamados setores modernos da economia. Aqui está em jogo novamente um fenômeno comportamental.

É, portanto, preferível adotar outra expressão, que não é totalmente perfeita mas permite ao menos chamar a atenção para um problema que me parece importante: o da dependência do sistema inferior em relação ao sistema superior.

ELEMENTOS DOS DOIS SISTEMAS DE FLUXO

Simplificando, pode-se afirmar que o fluxo do sistema superior está composto de negócios bancários, comércio de exportação e indústria de exportação, indústria urbana moderna, comércio moderno, serviços modernos, comércio atacadista e transporte. O sistema inferior está essencialmente constituído por formas de fabricação de "capital

não intensivo", por serviços não modernos, geralmente abastecidos pelo nível de venda a varejo e pelo comércio em pequena escala e não-moderno (figura 1).

No sistema superior podem-se distinguir atividades "puras", "impuras" e "mistas". A moderna indústria urbana, o comércio e os serviços modernos são elementos puros, pois são ao mesmo tempo atividades específicas tanto da cidade como do sistema superior. A indústria de exportação e o comércio de exportação são atividades impuras. Enquanto elas podem ser estabelecidas na cidade, para se beneficiar das vantagens locacionais, a parte essencial de seus interesses é manipulada fora da cidade, para onde seus produtos são dirigidos. Os negócios bancários podem ser incluídos nessa categoria, visto que funcionam como um elo entre as atividades modernas da cidade e as grandes cidades dentro do país e no exterior. Vendas por atacado e transportes são atividades de categoria mista, em função de sua dupla ligação. Ambas têm laços funcionais tanto com o sistema de fluxo superior quanto com o inferior da economia urbana e regional. As vendas por atacado estão no cume da cadeia decrescente de intermediários que freqüentemente se estende abaixo do nível do pequeno varejista ou do simples mascate. Através destes intermediários e através do crédito, o atacadista fornece um grande número de produtos para os níveis inferiores do comércio e atividades manufatureiras, como para uma grande cadeia de consumidores. O volume total dos negócios que ele realiza dentro do sistema de fluxo inferior indica a dimensão de seus negócios bancários e de sua participação no sistema superior. Um elemento integrante do sistema superior, a venda por atacado, é também o ápice do sistema inferior.

O transporte desempenha dois papéis distintos, embora o mesmo veículo possa servir sucessivamente a esses dois papéis. De um lado, no processo de transporte de bens, o transportador pode estabelecer um elo entre as atividades dos dois sistemas de fluxo em ambas as direções, dentro da cidade, entre duas cidades, ou entre a cidade e seus arredores (*country side*). Mas, de outro lado, ele pode se transformar num comerciante. Nesse caso, ele se entrega diretamente a uma atividade que pode ser atribuída a um ou outro dos dois sistemas econômicos.

A existência de formas mistas não afeta de nenhum modo a definição de cada sistema, uma vez que o comportamento de cada uma destas atividades é em cada caso um composto do conjunto das características de cada sistema.

Porém, a mera enumeração destes elementos não constitui uma definição adequada de cada circuito.

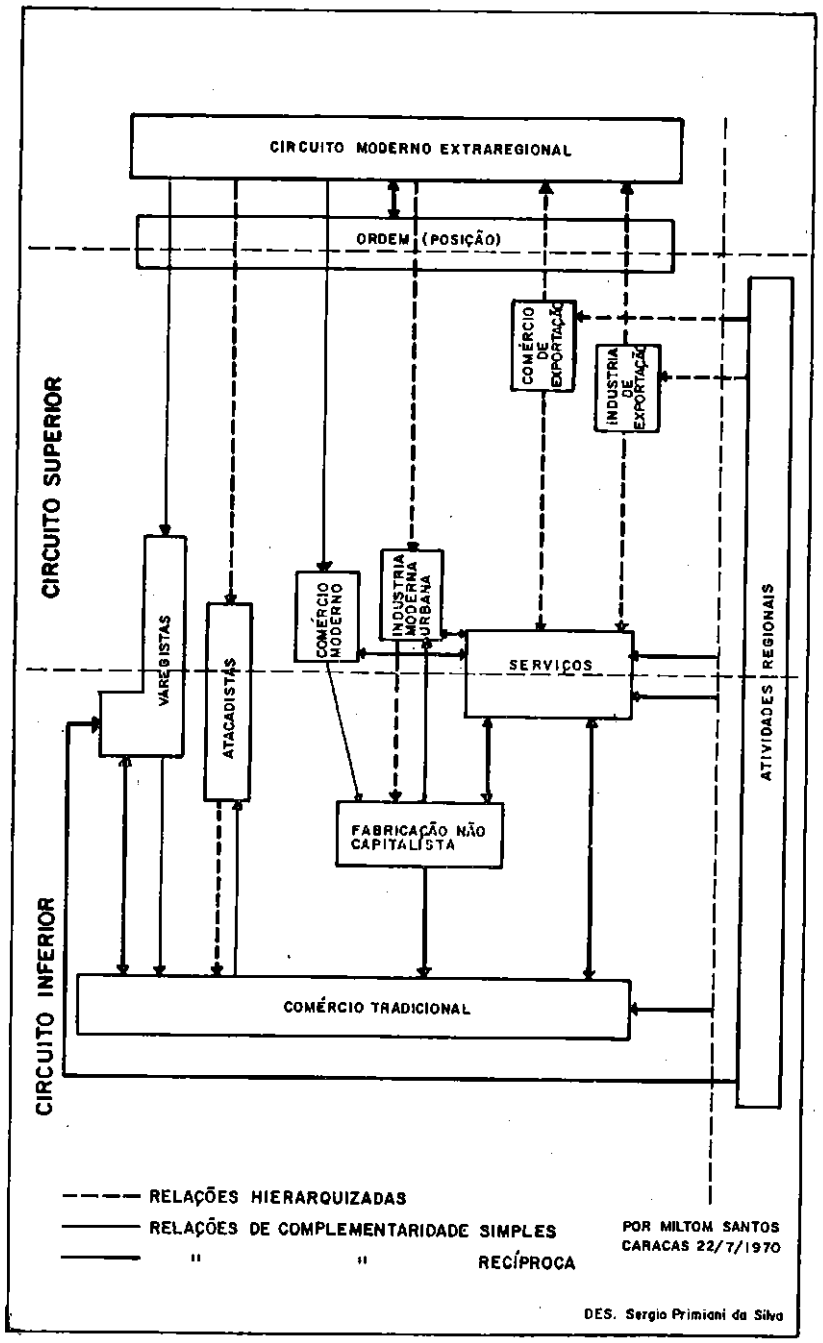
CIRCUITO MODERNO EXTRAREGIONAL
ORDEM (POSIÇÃO)
CIRCUITO SUPERIOR
COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO
INDÚSTRIA DE EXPORTAÇÃO
VAREJISTAS
ATACADISTAS
COMÉRCIO MODERNO
INDÚSTRIA MODERNA URBANA
SERVIÇOS
ATIVIDADES REGIONAIS
FABRICAÇÃO NÃO CAPITALISTA
CIRCUITO INFERIOR
COMÉRCIO TRADICIONAL
RELAÇÕES HIERARQUIZADAS
RELAÇÕES DE COMPLEMENTARIDADE SIMPLES
" " RECÍPROCA
POR MILTOM SANTOS
CARACAS 22/7/1970
DES. Sergio Primiani da Silva

Figura 1

Cada circuito deve ser definido por: 1) o conjunto das atividades num dado contexto; 2) o setor populacional que está essencialmente ligado a ele para trabalhar e para consumir (figura 2).

A definição não é rígida. Quando consideramos a população que está ligada a cada um dos sistemas, muitos desvios têm que ser notados. Todos os níveis da população podem estar ligados ao consumo fora do sistema a que pertencem: este é um fenômeno de consumo parcial ou ocasional da parte das categorias sociais ligadas a outro sistema. O consumo da classe média segue padrões que podem ser relacionados tão freqüentemente com a categoria das classes prósperas como à das menos favorecidas. Por outro lado, os indivíduos mais diretamente ligados ao sistema inferior não são uma força de trabalho exclusiva desse sistema. Eles vendem temporária ou ocasionalmente sua força de trabalho no sistema superior. Quanto às atividades, algumas que possuem principalmente as características de um dos sistemas podem também participar das do outro. Este fato se dá mais freqüentemente no sistema superior e em certas categorias de fabricação, onde a coexistência de firmas utilizando diferentes tecnologias e diferentemente organizadas ainda é possível. Poderíamos ainda falar da existência de um sistema superior "marginal" lado a lado com um verdadeiro sistema superior.

Contudo, um ponto deve ser aqui desenvolvido. O fato de se fazer uma enumeração completa das atividades que compõem os dois sistemas de fluxo, que constituem a economia da cidade, não significa que todas as cidades do Terceiro Mundo disponham de todas essas atividades. Enquanto poucas cidades possuem volume considerável desses elementos, cujo peso quantitativo ou qualitativo não é necessariamente o mesmo, outras aglomerações têm sòmente um número limitado de elementos ou atividades. Isso depende das circunstâncias históricas do crescimento urbano. Se considerarmos os aspectos quantitativos e qualitativos das conexões entre suas diferentes atividades, a conclusão mais lógica seria a de que existem tantos casos quantas forem as cidades. O que, evidentemente, não suprime a necessidade de buscarmos as características gerais de cada um dos dois sistemas de fluxo no conjunto das cidades do Terceiro Mundo.

CARACTERÍSTICAS DOS DOIS SISTEMAS DE FLUXO

Seria difícil caracterizar os dois sistemas de fluxo da economia urbana por variáveis isoladas. Ao contrário, devemos considerar o conjunto destas variáveis. Cumpre, porém, estabelecer desde já que a diferença fundamental entre as atividades do sistema superior e do sistema inferior está baseada nas diferenças tecnológicas e de organização.

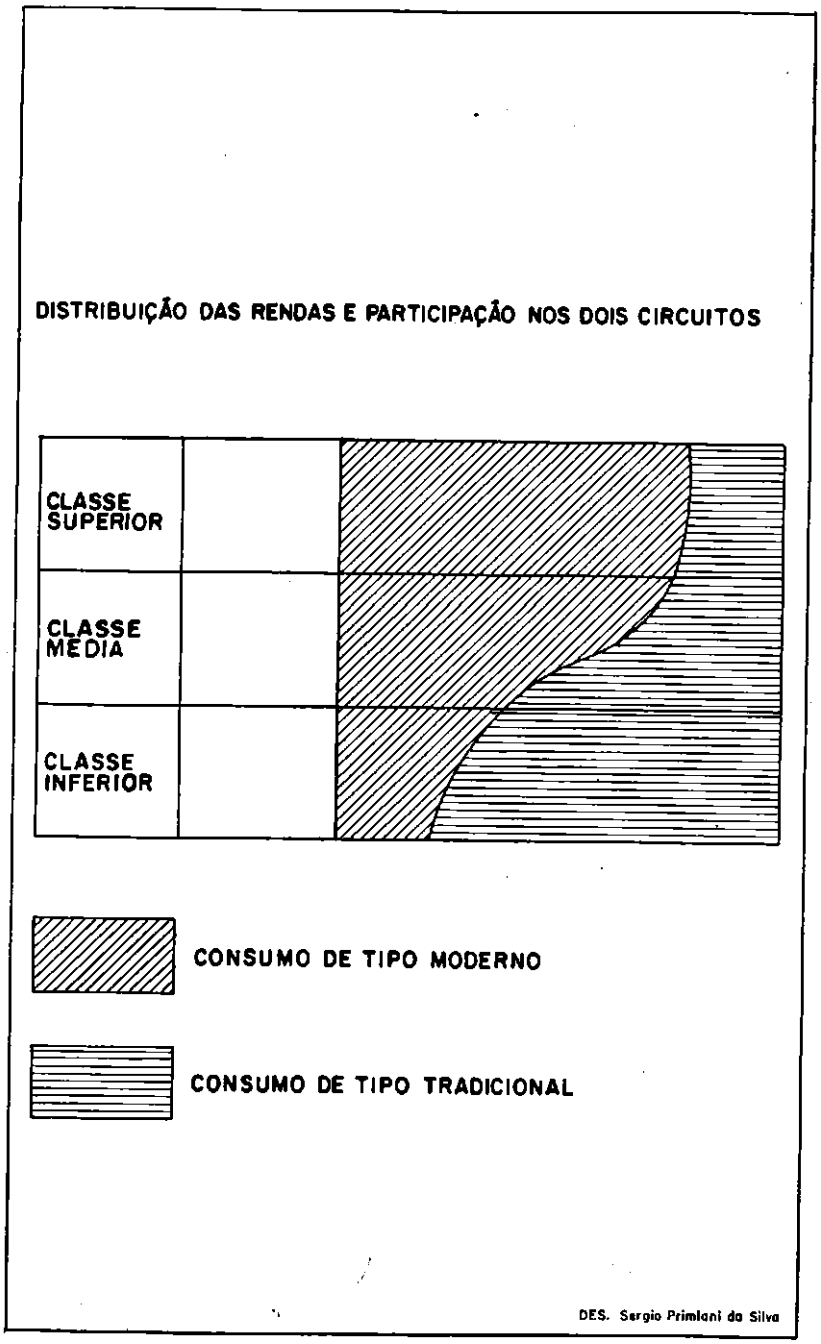
DISTRIBUIÇÃO DAS RENDAS E PARTICIPAÇÃO NOS DOIS CIRCUITOS
CLASSE SUPERIOR
CLASSE MÉDIA
CLASSE INFERIOR
CONSUMO DE TIPO MODERNO
CONSUMO DE TIPO TRADICIONAL
DES. Sergio Primiani da Silva

Figura 2

CARACTERÍSTICAS DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	capital intensivo	trabalho intensivo
Organização	burocracia	rudimentar
Capital	abundante	escasso
Trabalho	limitado	abundante
Remuneração (salário)	regular-normal	não necessariamente
Balanços	grandes quantidades e/ou alta qualidade	pequenas quantidades baixa qualidade
Preços	geralmente fixados	geralmente negociáveis entre comprador e vendedor
Crédito	de bancos e outras instituições	pessoal, não institucional
Lucros	reduzidos por unidade, mas a importância é dada ao volume dos negócios (exceto itens de luxo)	elevados por unidade, porém pequenos em relação ao volume dos negócios
Relações com a clientela	impessoal e/ou através de documentos	direta, pessoal
Custos fixos	importante	negligenciável
Publicidade	necessária	nula
Re-utilização de bens	nenhuma, desperdiçada	freqüente
Grande capital	indispensável	dispensável
Ajuda governamental	importante	nula ou quase nula
Dependência direta de países estrangeiros	grande; atividades orientadas para o exterior	pequena ou nula

O sistema superior utiliza um importante e elevado nível tecnológico, uma tecnologia de "capital intensivo", enquanto no sistema inferior a tecnologia é "trabalho intensivo", geralmente do local de origem ou localmente adaptada ou recriada. O primeiro é imitativo, enquanto o segundo dispõe de um considerável potencial criativo.

As atividades do circuito superior dispõem de crédito bancário. Acontece, freqüentemente, que as grandes firmas criam e controlam os bancos, o que é também um meio de controlar outras atividades e eventualmente de absorvê-las. Uma boa parte destas manipulações é levada a cabo por intermédio de títulos. Tal é o "crédito burocrático" a que se refere Caplovitz (1963). As atividades do circuito infe-

rior estão simultaneamente baseadas no crédito e no dinheiro líquido. Mas, neste caso, o crédito é de natureza diferente, com uma larga porcentagem de crédito pessoal direto, indispensável para o trabalho das pessoas que não têm possibilidade de acumular dinheiro. Em função da obrigação de reembolsar periodicamente uma porção do débito aos empregadores, a busca ao dinheiro líquido torna-se desenfreada. Os próprios intermediários, os atacadistas por exemplo, necessitam de dinheiro líquido para saldar seus compromissos.

As atividades do sistema de fluxo superior manipulam grandes volumes de bens, enquanto as do sistema inferior, no comércio e nos setores de fabricação, trabalham com pequenas quantidades. Contudo, também no sistema superior as quantidades podem ser limitadas: é o caso das butiques especializadas, onde os preços muito elevados são devidos à qualidade do produto oferecido a uma demanda muito específica, ditada pela moda e por um certo tipo de clientela.

Este último fenômeno está ligado à dimensão do capital e ao tipo de organização de cada sistema. Enquanto no sistema superior o capital é comumente grande, devido à tecnologia utilizada, no sistema inferior as atividades de trabalho intensivo utilizam menos capital e podem progredir sem uma organização burocrática.

O emprego fornecido por cada um desses sistemas é, por conseguinte, o resultado das combinações dessas variáveis. Enquanto enfatizam o salário como a forma preferida de compensação para o trabalho, as atividades modernas utilizam, entretanto, poucas pessoas em relação ao volume e ao valor da produção, em acréscimo a uma constante tendência à redução do emprego na indústria. Já nos serviços, é evidente uma tendência geral ascendente, devido a uma participação substancial do Governo. Porém, quanto aos serviços diretamente ligados à atividade econômica, os serviços particulares, boa parte do emprego ligado à atividade do sistema superior é gerado nas cidades ou regiões mais desenvolvidas, no país e no exterior.

No sistema superior, os preços são geralmente fixados ou pelo menos se apresentam como tal publicamente. Para qualquer valor, até mesmo nos casos de competição oligopolítica, o limite inferior não pode estar muito abaixo dos preços do mercado, estabelecidos sem comprometimento com o futuro da firma. No sistema inferior, a regra é regatear, e as flutuações de preços marginais são muito importantes (UCHENDER, 1967). No sistema superior, a manipulação do preço é afirmada em um lucro marginal a longo prazo. No sistema inferior, é o curto prazo que conta. A noção de lucro é diferente em cada um dos dois sistemas. A tarefa, no sistema superior, é acumular

o capital indispensável à manutenção da atividade e à sua renovação, em função do progresso tecnológico. No sistema inferior, a acumulação de capital não é de interesse primordial, ou nem mesmo interessa. A tarefa primordial é a de sobreviver e assegurar a vida familiar diária, bem como participar, o quanto possível, de certas formas de consumo peculiares ao moderno modo de vida.

Apesar do controle de preços exercido pelas atividades do sistema superior e dos grandes lucros resultantes do volume total da produção, o lucro marginal por unidade é limitado. No sistema inferior ocorre o oposto. A produção total é pequena e o lucro marginal por unidade é grande. Isso é decorrente do grande número de intermediários necessários entre o primeiro abastecedor de produtos e o último consumidor. É a grandeza desses lucros marginais, que são possíveis por meio da utilização geral do crédito (usualmente em taxas usurárias), que fornece subsistência para a enorme população interessada nessas atividades e constitui um dos mais importantes elementos para a explicação das grandes e médias aglomerações do Terceiro Mundo. Infelizmente esse fenômeno não tem sido suficientemente estudado.

A atividade no sistema superior está grandemente baseada em anúncios, uma das armas ofensivas usadas para alterar os gostos e modificar o perfil normal da demanda. No sistema inferior, a propaganda não é necessária, graças ao contato direto com o cliente, e nem é possível, pois os lucros servem diretamente à subsistência do agente e sua família.

As atividades do sistema superior têm altos custos fixos, que comumente aumentam com o tamanho da firma para cada maquinismo e cada fase de fabricação. As atividades do sistema inferior quase não têm custos fixos. Os custos diretos não são importantes, e a relação entre custos diretos e produção é proporcional, visto que a atividade é "trabalho intensivo".

No sistema superior, a reutilização de bens de consumo duráveis quase não existe, enquanto no sistema inferior uma das bases da atividade é, precisamente, a reutilização de tais bens. Isso é facilmente verificável tanto no vestuário quanto no conserto de utensílios e automóveis ou na construção de casas.

As atividades do sistema superior se beneficiam direta ou indiretamente da assistência governamental, enquanto as atividades do sistema inferior não têm ajuda e além disso quase sempre dão lugar à perseguição, como é o caso dos vendedores ambulantes em muitas cidades.

A atividade do sistema superior depende grandemente da existência de capital elevado, mais freqüentemente obtido do Estado (BARAN e SWEEZY, 1966; FEDERICI, 1965; DASGPUTA, 1964). Essa condição não é necessária para o estabelecimento das atividades no sistema inferior.

O sistema superior emprega um número significativo de estrangeiros, variando esse número de acordo com o grau de industrialização e modernização do país. No sistema inferior, os empregos vão para os nativos. Em certas ocasiões, alguns estrangeiros, tais como os libaneses no oeste da África, os chineses em certas partes da Ásia, ou os indianos no leste da África, encontram emprego dentro do sistema como empresários particulares, especificamente como comerciantes em pequena escala.

Outra diferença essencial entre os dois sistemas deve-se ao fato de o sistema inferior estar mais ou menos bem integrado localmente (SANTOS, 1971), enquanto no sistema superior os resultados (produtos) das atividades locais estão integrados a um nível superior de outra cidade, dentro do país ou no exterior. Uma exceção poderia ser encontrada no caso da metrópole econômica completa, porém esta última poderia ser, de fato, similarmente dependente de países estrangeiros com respeito à tecnologia e quase sempre também a outros produtos, tais como know-how, capital e matérias-primas.

O exame das características de cada um dos sistemas de fluxo esclarece a existência de certo grau de oposição entre eles. Por outro lado, em cada sistema, tecnologia, organização, dimensão da atividade, número de empregos e de exemplares, utilização e não utilização de anúncios, etc., aparecem como elementos ligados entre si por meio de uma lógica interna. O sistema inferior encontra os elementos de sua articulação na cidade e sua região, enquanto o sistema superior comumente procura esta articulação fora da cidade e sua região.

É por isso que o estudo da organização espacial em países subdesenvolvidos não pode ser feito sem uma visão global, quer dizer, uma visão que leve em conta a existência de ambos os sistemas.

UMA VISÃO DOS DOIS SISTEMAS DE FLUXO NA ANÁLISE GEOGRÁFICA: O NÍVEL MACRO-ESPACIAL

Vários pontos de vista podem ser adotados para o estudo dos dois sistemas de fluxo da economia urbana. Um dos mais promissores é sem dúvida aquele que diz respeito às repercussões espaciais.

Nesta abordagem, devem-se distinguir diferentes níveis de análise. Podemos estudar as relações entre os dois sistemas e o espaço segundo o ponto de vista macro-espacial, cuja escala é a da nação, ou segundo um ponto de vista médio ou micro-espacial, cujas dimensões são as das regiões existentes dentro do Estado. Indubitavelmente, este último ponto de vista é dependente do anterior, sendo o Estado a unidade territorial ideal para o estudo espacial (KAYSER, 1966; MORSE, 1971a). Podemos também abordar a questão por um terceiro ângulo: o das redes urbanas (SANTOS, 1970a).

Não obstante, no presente trabalho tratarei, através de poucos aspectos, da abordagem macro-espacial, que leva à formulação de hipóteses gerais e especulações teóricas.

Além disso, ela desempenha um importante papel na interpretação das condições históricas da organização espacial nos países periféricos.

Os países subdesenvolvidos não são somente "paisagens derivadas", segundo o conceito genial de Maximilien Sorre (1961); são também, e principalmente, espaços derivados; o que significa que a personalidade espacial tem sido moldada ou remoldada nestes países. Em países com uma antiga civilização urbana a herança do passado é sem dúvida o fator atuante, porém em todos os casos encontra-se o impacto de influências externas provindas de países mais avançados. Os arranjos espaciais atuais são resultados de acumulações sucessivas, e poder-se-ia formular uma classificação de países subdesenvolvidos com base em tais combinações de acumulações.

O impacto de novas variáveis é geralmente ponto centrado e seletivo (SANTOS, 1972), estabelecendo dessa maneira uma forma de especialização espacial que forma a base de uma hierarquia de lugares e freqüentemente de uma tendência em direção à polarização em volta de pontos privilegiados através do território.

A cada estágio da história de uma dada sociedade de consumo, existe também, atuante, um processo seletivo, com respeito às atividades modernas capazes de serem implantadas no interior da sociedade. Durante a fase colonizadora — o que é válido para todos os países — esse processo seletivo relacionado com as atividades modernas é principalmente de caráter político, de acordo com as várias formas que o pacto colonial pode assumir. Na realidade, a seletividade, relacionada com o consumo por parte dos indivíduos, está limitada às diferenças nas condições sociais e econômicas. Após a independência, a seletividade relacionada com a produção e consumo

de bens e serviços depende tanto das ações do Estado como de outras condições que afetam o desenvolvimento da economia. Este tipo de seletividade é tanto setorial quanto geográfico.

Esse processo de seleção tem uma tendência a se intensificar com o tempo e adquire sua mais forte expressão no período tecnológico atual. Adquire também formas diferentes de acordo com o estágio histórico em que ocorre a independência nacional, em função das fases históricas de modernização do país e, finalmente, conforme o estágio em que o país começa a empenhar-se em seu processo de industrialização e urbanização.

A aceleração do processo de concentração que podemos observar no período atual é de caráter tanto geográfico quanto econômico.

A concentração econômica é uma das criações do progresso tecnológico (FURTADO, 1968; MARRAMA; BELA BALASSA, 1961). Este impõe economias de escala, indivisibilidades e inflexibilidades, juntamente com certas formas de organização de produção que levam a novas concentrações (JOHNSON, 1970). O desenvolvimento de monopólios ou oligopólios é uma de suas conseqüências.

A concentração geográfica está diretamente ligada à concentração econômica, já que as atividades modernas pretendem uma locação de acordo com a hierarquia, cujo ápice é encontrado onde a maximização da produção é possível. Comumente, isso ocorre em aglomerações onde outras modernas atividades foram previamente estabelecidas, tendo sido atraídas para aí pelo "grande capital" e pela viabilidade de um mercado. As vantagens das modernas facilidades de transporte, energia, meios de comunicação, bem como de todas as espécies de equipamentos, podem ter o mesmo tipo de impacto como economias externas e externalidades e fornecem vantagens comparativas que são cumulativas. De fato, a própria presença de uma população numerosa age como um fator de pressão política sobre o governo em favor do estabelecimento de infra-estruturas, embora estas últimas possam ter precedido o crescimento demográfico.

Para os países que estão aptos a iniciar seu processo de industrialização tardiamente, duas possibilidades podem ser viáveis: a atividade moderna encontra uma locação (1) seja em cidades que já possuem um certo grau de importância demográfica, contribuindo dessa forma para o seu incremento posterior, como é o caso do Rio de Janeiro e da Cidade do México, seja (2) onde a eficácia do "grande capital", e também as estruturas econômicas e sociais existentes, favoreçam o estabelecimento de novas indústrias. A cidade então ad-

quire importância, como é o caso de São Paulo ou Monterrey. A presença de uma grande população urbana nem sempre é a única causa do crescimento econômico da cidade.

Enquanto o processo está atuando, outras possibilidades de desenvolvimento industrial têm sido recentemente criadas.

O tipo Rostow de teologia ou mitologia do crescimento econômico (MORSE, 1971b; MYINT, 1965; MYRON, 1970) é responsável pelo aparecimento de novas possibilidades, que dizem respeito à locação industrial nos países subdesenvolvidos. Estas novas tendências manisfestam-se, *grosso modo,* em duas direções principais. De um lado, podem-se criar, através de um esforço, em pontos já privilegiados ou em pontos que tenham recebido vantagens especiais, verdadeiras novas cidades ou cidades-recursos (BERRY, 1968), cidades industriais orientadas para a indústria pesada, particularmente a de aço, ou outra indústria metalúrgica, consideradas necessárias ao desenvolvimento industrial do país porque seus produtos são destinados ao mercado de exportação. Neste último caso, estamos tratando de verdadeiros enclaves com quase nenhuma relação com a região ou o país no qual elas estão estabelecidas.

A segunda tendência é a do estabelecimento, em cidades já existentes, de indústrias orientadas para mercados distantes, que utilizam tanto a força de trabalho local abundante e barata (o "proletariado externo" ao qual Toynbee se refere — MESSNER, 1966) quanto algum material semibruto, ou então ambos.

Tal política corresponde ao desejo governamental de aumentar o PNB, e conseqüentemente a renda *per capita* do país, e também à necessidade de se exportar cada vez mais, para estar preparado para financiar o estabelecimento de novas atividades modernas.

Tudo isso se torna substancialmente mais fácil através da redução dos preços do transporte internacional, bem como através da utilização de infra-estruturas que muitas vezes foram estabelecidas em resposta às necessidades das populações (MCGEE e LEAHY, 1970) e, paradoxalmente, através das demandas impostas pelo crescimento de uma economia nacional de tipo moderno.

Os múltiplos efeitos dessas indústrias são sentidos essencialmente no exterior, e geralmente não têm nenhuma relação com o resto da economia.

Podemos, dessa forma, observar dois tipos de industrialização no Terceiro Mundo. De um lado, uma tendência orientada para a

expansão de indústrias voltadas principalmente para o mercado regional ou nacional, e, de outro, o estabelecimento de fábricas orientadas para um mercado situado fora da região ou do país.

É a evolução do primeiro grupo de circunstâncias que dá origem ao desenvolvimento da metrópole industrial. Neste caso, onde as indústrias estão integradas localmente e estabelecidas em grandes cidades, o funcionamento das atividades modernas impõe, mais freqüentemente, a necessidade de importar, mas o nível de exportação é geralmente um tanto fraco, o grande volume dos produtos sendo dirigido para o consumo interno. No caso das cidades industriais e de novas formas de industrialização estabelecidas em outras cidades, pode haver pequena dependência de importação, e a maior parte dos produtos são enviados ao exterior. Na primeira hipótese, apesar da repatriação dos lucros por parte de firmas estrangeiras, existe, não obstante, um certo efeito endógeno multiplicador, enquanto na última o processo é exógeno. Estes dois grupos de circunstâncias devem permitir-nos refletir sobre os interesses de teorias tais como a da ordem-grandeza (*rank-size*) e a da base econômica no contexto de países subdsenvolvidos.

De qualquer forma, em ambos os grupos de circunstâncias ocorre a concentração geográfica das atividades modernas. No primeiro caso, a possibilidade de criação e diversificação de outras indústrias é maior onde a concentração industrial já está mais integrada. No segundo, como o intervalo entre o nível de atividades industriais não integradas e o restante da economia é ditado pelo nível tecnológico internacional, e como o intervalo entre as atividades do enclave industrial e as outras atividades não permite a integração, o "desemprego tecnológico que caracteriza os países subdesenvolvidos" é nitidamente mais grave neste último caso (NIEMEYER PINHEIRO, 1971).

Dessa forma, o que é importante, acima de tudo, nos países subdesenvolvidos, é a hierarquia de centros, estabelecida de acordo com o grau de diversificação e de integração das indústrias orientadas para o mercado interno.

Como o sistema de fluxo inferior não é dependente das infra-estruturas, torna-se difícil falar de uma hierarquia de cidades baseada nesse sistema. Quando muito, a magnitude, e indubitavelmente a complexidade, do sistema inferior dependerá do tamanho das aglomerações (HERKOMMER, 1966; ARMSTRONG e MCGEE, 1968).

Quanto ao sistema de fluxo superior, ele próprio se estabelece segundo a hierarquia qualitativa e quantitativa dada por todo um

conjunto de condições, entre as quais se podem mencionar a existência de infra-estruturas e a viabilidade de um mercado.

A evolução da maioria das cidades em países subdesenvolvidos em direção ao *status* terciário deve, portanto, ser explicada através do modelo de crescimento econômico baseado nas recentes inovações tecnológicas. A acumulação de atividades modernas num só ponto ou numa só região de um país limita, reduz ou elimina as possibilidades de atividades modernas em outras aglomerações.

A industrialização concentrada traz uma reestruturação do emprego tanto no centro quanto na periferia, mas de maneiras diferentes. A evolução de cidades que têm uma indústria diversificada e integrada orientada para um *status* terciário é grandemente devida a atividades pertencentes ao sistema de fluxo superior. Em outras cidades, a tendência é para a inflação de atividades terciárias que pertencem ao sistema de fluxo inferior, uma categoria freqüentemente chamada "terciário do tipo primitivo" (terciário primitivo — BEAUJEU-GARNIER, 1965), ou "terciário do tipo abrigo" (terciário refúgio — LAMBERT, 1965) e que traz a proliferação das atividades do sistema inferior.

Por outro lado, o controle pelo Estado da exportação de produtos agrícolas não é sem conseqüências para a locação de diferentes níveis de atividades modernas. De fato, a necessidade de moeda corrente para financiar o equipamento do país freqüentemente conduz um governo a impor uma taxa sobre a renda de agricultores, reduzindo assim esta renda em relação ao que deveria ser se fossem pagos preços internacionais (BAUER, 1954). Como um bom número de atividades industriais e de serviços situam-se próximo de seus mercados e dependem de sua capacidade de compra (W. LEAN, 1969), esta redução da riqueza total disponível para agricultores afeta a dimensão do mercado e reduz, assim, as possibilidades de criação de novas atividades modernas nas cidades da região. Ao mesmo tempo, essa situação contribui para a consolidação das atividades do centro e para o agravamento da evolução em direção ao *status* terciário destas cidades, que estão situadas além do core econômico do país.

A ação do Estado também é importante em outras áreas de atividades, e a maneira como exerce sua coleta e a locação de recursos tem repercussões importantes na organização do espaço.

Por exemplo, o Estado freqüentemente compartilha seu papel de coletor de taxas com monopólios ou oligópolios (FURTADO, 1968). Neste caso, ele contribui para a diminuição do poder de compra da população, particularmente da população pobre, em benefício

dos fundos de reserva das empresas monopolistas, assim facilitando o desenvolvimento de novas concentrações tanto no contexto econômico ou setorial quanto no contexto geográfico.

Por outro lado, o Estado, através do controle que pode exercer sobre o comércio externo, pode facilitar o desenvolvimento de novos tipos de monopólios, concentrações através de uma política ajustada para proteger ou subsidiar a exportação de produtos manufaturados. Desta forma ele agrava, além disso, as tendências descritas acima e promove, uma vez mais, a evolução urbana em direção ao *status* terciário, principalmente nas regiões periféricas do país (MASON, 1965).

O mais alto e avançado nível de industrialização num país é a integração da indústria dentro do core, e conseqüentemente a mais progressista será a integração econômica e geográfica do território. Essa integração, contudo, é sempre relativa, desde que integração verdadeira ocorre somente em países desenvolvidos. Existem duas conseqüências geográficas disto. De um lado, o core industrial do país tende a adotar sempre uma zona geográfica expansiva, enquanto, ao mesmo tempo, o fenômeno da região polarizada está enquadrado claramente no processo de desenvolvimento da metrópole econômica, como se pode verificar ao redor de São Paulo (SALLES, 1971), Bombaim (RAJAGOPALAN, 1962), Calcutá (KAR, 1963), Buenos Aires (DENIS, 1967) ou Cidade do México (BATAILLON, 1968). A região polarizada, segundo Boudeville (1961), é "uma unidade espacial heterogênea, cujas diversas partes são complementares e mantêm entre si, especialmente com o pólo dominante, mais relações de troca que com a região vizinha". De outro lado, a rede urbana nacional tem uma tendência a alterar seu caráter. Porém, dois grupos distintos de circunstâncias históricas produzem diferentes resultados. Em certos países, como o Brasil, regiões diferentes têm, no curso da história, respondido às demandas procedentes dos países europeus através do desenvolvimento de formas de agricultura de exportação e através do estabelecimento de cidades-portos que se tornaram importantes. Isto tem provocado o desenvolvimento de sistemas urbanos isolados e autônomos, com laços estáveis dirigidos por intermédio da cidade principal, como um centro de exportação e importação. A modernização e industrialização do país, tão bem quanto a integração do território pelo carvão, tem levado as principais cidades históricas a perderem terreno, em benefício da nova metrópole. A última tende a tornar-se o pólo econômico indispensável do país, enquanto, ao mesmo tempo, os outros pólos tornaram-se incapazes de responder ao crescimento da demanda de bens por parte das populações do interior. Dadas estas modernas rotas de circulação, baseadas em meios de transportes mais numerosos e rápidos, obtém-se uma re-

dução de distâncias (v. RIVKIN, 1964, sobre Turquia; RIDELL, 1970, sobre Serra Leoa; JOUVIN, 1968, sobre a América Latina em geral) e a tendência é o desenvolvimento, no interior, de cidades regionais que entram em competição com a metrópole regional mais antiga. Essa tendência é reforçada quando estas cidades do interior se beneficiam da organização de alguns serviços públicos específicos (GROVE e HUSZAR, 1964).

As metrópoles regionais históricas da periferia se desenvolvem em diferentes momentos, mas não possuem força para manter entre si conexões bilaterais. Tudo, ou quase tudo, no campo econômico sofre a influência da metrópole econômica nacional.

Devido à concentração de atividades e de recursos em uma dada cidade, a última é o centro vital da vida nacional, independente do nível de industrialização, de modernização e de urbanização do país e da própria cidade. Essa aglomeração, assim privilegiada, desempenha o papel de uma emissora principal de decisões, de ordens e de inovações num sentido econômico, social e cultural, e freqüentemente também no sentido político.

Dois dentre os possíveis resultados de tal polarização são comuns a todos os países do Terceiro Mundo. O primeiro é o desenvolvimento de uma rede urbana tipo pirâmide. Mas, de outro lado, enquanto as cidades de um dado nível podem realizar polarização secundária em relação a aglomerações de nível inferior, não existem praticamente conexões entre cidades de um mesmo nível através do território regional nacional; todas têm auxílio das cidades de nível superior para assegurar os produtos ou serviços que elas não estão em condições de produzir.

Como o país avança em direção à sua industrialização ou ao aperfeiçoamento de seu sistema de comunicação interno, um verdadeiro fenômeno de "curto-circuito" ocorre. Algumas aglomerações de nível inferior não necessitam mais transpor as cidades que estão num nível imediatamente superior, mas recorrem diretamente às cidades mais importantes (figura 3). Evidentemente, custos de transporte, o tempo requisitado e o modelo de distribuição espacial do equipamento público e social têm uma importante relação com a escolha do consumidor. De qualquer forma, deve-se agora mencionar a evolução hierárquica da cidade na rede urbana enquanto se levar em consideração estas novas realidades.

As situações apresentadas como "região geográfica urbana" por Kayser (1966) e como "economia regional isolada" por Friedmann (1966) tornaram-se, pouco a pouco, possíveis e freqüentes. A re-

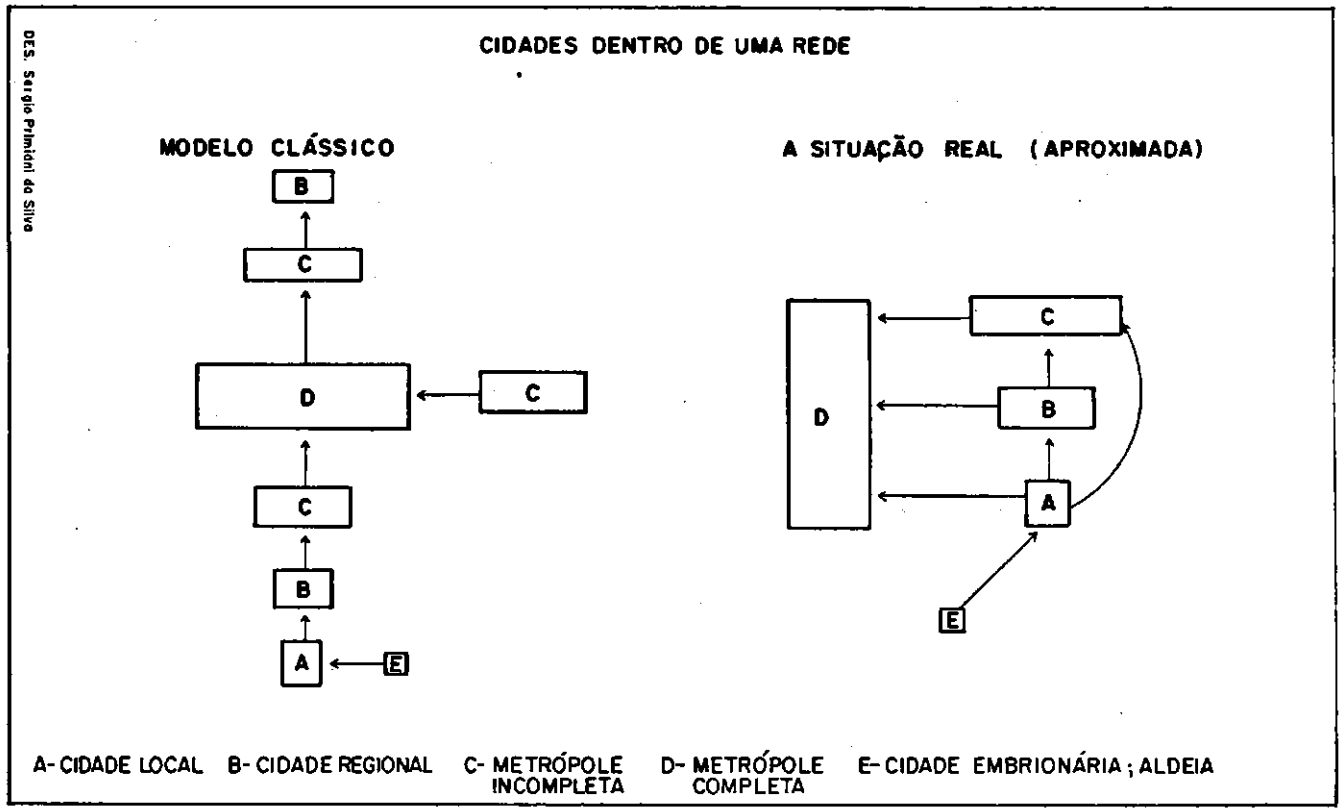
CIDADES DENTRO DE UMA REDE
DES. Sergio Prinidni da Silva
MODELO CLÁSSICO
A SITUAÇÃO REAL (APROXIMADA)
B
C
D
C
C
B
A
E
D
C
B
A
E
A- CIDADE LOCAL B- CIDADE REGIONAL C- METRÓPOLE INCOMPLETA D- METRÓPOLE COMPLETA E- CIDADE EMBRIONÁRIA ; ALDEIA

Figura 3

partição "horizontal" do espaço entre cidades dificilmente ainda existe; ela é substituída por uma repartição "vertical", com um aumento da interpenetração da influência de cidades de diferentes níveis. Numa dada unidade espacial, pode-se observar a confrontação de influências, a direção e intensidade das quais podem ser muito diferentes; qualquer tentativa de delimitar o espaço que seja totalmente dependente de uma dada cidade torna-se inútil (SANTOS, 1970).

As atividades do sistema inferior tornam-se pouco a pouco capazes de impor sua influência sobre unidades espaciais mais extensas. Como a industrialização do país prossegue, as atividades dos sistemas de fluxo superior dominam sozinhas a capacidade para uma macro-organização do espaço.

CONCLUSÃO

Em resumo, devemos explicar que na escala macro-espacial existe uma tendência à concentração de atividades produtivas modernas nacionais num ponto ou numa dada zona do país, enquanto uma hierarquia se torna mais claramente evidente entre as cidades do sistema urbano nacional, segundo a importância do seu sistema de fluxo superior.

Devido à intervenção do Estado, essa hierarquia é geralmente menos definida no caso dos serviços públicos mais extensamente disseminados pelo território nacional.

Quanto ao sistema de fluxo inferior entre as diferentes cidades do país, sua importância é o resultado combinado do dinamismo das migrações rural-urbanas, do ritmo do processo de urbanização e da organização da produção.

Em conclusão, podemos admitir que as relações entre cada um dos dois sistemas de fluxo da economia urbana, de um lado, e a macro-organização do espaço, de outro, são condicionadas tanto pelas condições históricas gerais, sob as quais modernas atividades têm penetrado no país, como através do papel desempenhado pelo Estado enquanto intermediário privilegiado entre os agentes de inovação e as realidades nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMSTRONG, W. R. e McGEE, T. G. (1968) — *Revolutionary Change and the Third World City*. Civilisations 18(3).

BARAN, P. A. e SWEEZY, P. M. (1968) — *Le Capitalisme Monopoliste*. Paris, Editions Maspéro (French translation of the *Monopoly Capital*. New York, Review Press, 1966).

BATAILLON, C. (1968) — *Las Zonas Suburbanas de la Ciudad de México*. Mexico City, Universidad Nacional Autónoma de México.

BAUER, P. T. (1954) — *West African Trade: A Study of Competition, Oligopoly and Monopoly in a Changing Economy*. Cambridge University Press.

BEAUJEU-GARNIER, J. (1965) — *Trois Milliards d'Hommes*. Paris, Hachette.

BELA, Balassa (1961) — *The Theory of Economic Integration*. Homewood, Illinois, Richard D. Irwin, Inc.

BERRY, B. J. (1968) — *Theories of Urban Location*. Ressource Paper 1, Association of American Geographers.

BOEKE, J. H. (1953) — *Economics and Economic Policy of Dual Societies, as Exemplified by Indonesia*. Haarlem, H. D. Tjeenk/Willink & Zoon N.V.

BOUDEVILLE, J. (1961) — *Les Espaces Economiques*. 1. ed., Paris, Presses Universitaires de France.

—— (1964) — *Les Espaces Economiques*. 2. ed., Paris, Presses Universitaires de France.

CAPLOVITZ, D. (1963) — *The Poor Pay More, Consumer Practices of Low Incomes Families*. N. York — London, The Free Press of Glencoe, Collier-MacMillan Ltd.

DASGUPTA, S. (1964) — *Underemployment and Dualism, a Note*. Economic Development and Cultural Change 12(2).

DENIS, P. Y. (1967) — *La Structure Urbaine en République Argentine: le Cas de Buenos Aires*. Cahiers de Géographie de Québec, p. 43-53.

ECKAUS, (1955) — *Factor Proportions Problems in Underdeveloped Areas*. American Economic Review, September, p. 539-565.

FEDERICI, J. L. (1965) — *Tarifas, Entradas y Gastos de la Empreza de Ferrocarriles del Estado de Chile*. Santiago, Instituto de Economia, Universidad de Chile (nº 76).

FRAKENHOFF, C. (1971) — *Economic Activities. In*: Improvement of Slums and Uncontrolled Settlements, New York, United Nations, p. 127-149.

FRANKMANN, M. J. (1970) — *Rapid Urbanization in Latin America: A Key to Development*. Ed. mim. McHill University., 13 p.

FRIEDMANN, J. (1966) — *Regional Development Policy, a Case Study of Venezuela*. MIT Press.

FURTADO, C. (1968) — *Um Projeto para o Brasil*, 4. ed., Rio de Janeiro, Editora Saga.

GROVE, D. e HUSZAR, L. (1964) — *The Towns of Ghana, the Role of Service Centers in Regional Planning*. Accra, Ghana Universities Press.

HAGEN, E. E. (1962) — *On the Theory of Social Change*. Homewood III, The Dorsey Press.

HAVENS, A. E. e FLINN, W. L. (1970) — *Internal Colonialism and Structural Change in Colombia*. New York, Praeger Publishers.

HERKOMMER, S. (1966) — *Planeación Regional de Transportes*. Revista de la Escuela de Contabilidad, Economía y Administración 18(70), Guadalajara, México.

JOHNSON, E. A. (1970) — *The Organization of Space in Developing Countries*. Harvard University Press.

JOUVIN, J. J. (1968) — *Le Rôle des Transports dans l'Intégration Economique de l'Amérique Latine*. Cahiers des Amériques Latines, 1.

KAR, N. R. (1963) — *Economic Character of Metropolitan Sphere of Influence of Calcutta*. The Geographical Review of India, 2:108-138.

KAYSER, B. (1966) — *Les Divisions de l'Espace Géographique dans les Pays Sous-Developpés*. *In*: Annales de Géographie.

LAMBERT, D. (1965) — *L'Urbanisation Accelérée de l'Amérique Latine et la Formation d'un Secteur Tertiaire Refuge*. Civilisations, 2: 158-174, 3: 309-325 e 4: 477-492.

LEAN, W. (1969) — *Economics of Land Use Planning: Urban and Regional*. London, The Estate Gazette Limited.

MARRAMA, — *Política Económica de los Paises Subdesarollados*.

MASON, E. S. (1967) — *Monopolistic Competition and the Growth Process in Less Developed Countries: Chamberlin and the Schumpeterian Dimension*. *In*: KUENNE, R. E., ed. Monopolistic Competition Theory: Studies in Impact. New York, John Wiley, Sons Inc. p. 77-104. *City and Regional Planning*. Center of Asian Studies, Reprint Series 2, University of Hong-Kong.

—— (1971) — *The Urbanization Process in The Third World*. London, Bell and Sons.

McKEE, D. L. e LEAHY, H. (1970a) — *Urbanization, Dualism and Disparities in Regional Economic Development*. Land Economics, 1:82-85.

—— (1970b) — *Intra-Urban Dualism in Developing Economies*. Land Economics, nov.

MESSNER, J. (1966) — *L'Entrepeneur Propriétaire*. *In*: BLOCH-LAINÉ, F. e PERROUX, F., ed. L'Entreprise et l'Economie du XXe siècle, Paris, Presses Universitaires de France, p. 241-256.

MORSE, R. (1971a) — *A Framework for Latin America Urban History*. Ed. mim., 58 p.

—— (1971b) — *Latin American Cities in the 19th Century: Approaches and Tentative Generalizations*. *In*: MORSE, R., ed. The Urban Development of Latin America — 1750-1920. Center for Latin America Studies, Stanford University, p. 1-21.

MYINT, H. (1965) — *Economic Theory and the Underdeveloped Countries*. Journal of Political Economy, Oct., p. 477-491.

NIEMEYER PINHEIRO, A. M. de (1971) — *La Problématique des Conditions des Travailleurs Urbains d'Origine Rurale dans les Métropoles Brésiliennes dans la Phase Actuelle de l'Industrialisation*. Ed. dact., Université de Paris I, Institut de Géographie. 49 p.

RAJAGOPALAN (1962) — *The Greater Bombay: A Study in Urban Ecology*. Bombay, Popular Book Depot.

RIDELL, J. B. (1970) — *The Spatial Dynamics of Modernization in Sierra Leone*. Evanston, Northern University Press.

RIVKIN, M. D. (1964) — *Regional Development in Turkey*. Massachusetts, Cambridge, MIT.

SALLES, M. L. B. (1971) — *Système de Production et Organisation de l'Espace en Région Périphérique: le Cas de l'Etat de São Paulo*. Mémoire de Doctorat. Institut du Développement Economique et Social, Université de Paris (ed. mim., 149 p.).

SANTOS, M. (1970a) — *Une Nouvelle Dimension dans l'Etude des Réseaux Urbains dans les Pays Sous-Développés. In*: Annales de Géographie.

—— (1970b) — *Les Deux Circuits de l'Economie Urbaine des Pays Sous-Developpés*. Document de Travail. Université de Paris, Institut d'Etudes du Développement Economique et Social.

—— (1971a) — *L'Economie Pauvre des Villes des Pays Sous-Developpés*. Les Cahiers d'Outre Mer, 14(9): 105-122.

—— (1971b) — *Les Villes du Tiers Monde*. Paris, Editions M. Th. Genin, Librairies Techniques.

—— (1972) — *Dimensions Temporelles et Systèmes Spatiaux dans les Pays du Tiers Monde. In*: SANTOS, M. Ed. Modernisations et Espaces Dérivés, Revue Tiers Monde, Paris, Presses Universitaires de France.

SORRE, M. (1961) — *L'Homme sur la Terre*. Paris, Hachette.

UCHENDU, V. C. (1967) — *Some Principles of Haggling in Peasant Markets*. Economic Development and Cultural Change, 16 (1): 37-50.

RESUMO

Discute-se neste trabalho a existência, nas cidades de países subdesenvolvidos, de dois sistemas de fluxo econômico, aqui denominados de inferior e superior. Cada qual se apresenta como subsistema do sistema global que a cidade representa. Sua existência está condicionada ao mesmo grupo de fatores, chamado modernização tecnológica.

Esta modernização contemporânea tende a gerar nos países do Terceiro Mundo um número limitado de empregos, já que as indústrias estabelecidas representam "capital intensivo". Apresenta-se assim como uma das explicações para o êxodo rural e a urbanização terciária. Nas cidades de países subdesenvolvidos o mercado de trabalho se deteriora.

O acesso aos bens e serviços oferecidos varia qualitativa e quantitativamente; diferenças nos níveis salariais justificam a variação. Estas diferenças são causa e efeito da existência de dois sistemas de fluxo que afetam a produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

O estudo da organização espacial em países subdesenvolvidos não pode ser feito sem se considerar a existência dos dois sistemas de fluxo.

No presente trabalho estabelecem-se os elementos e as características dos dois sistemas de fluxo, além de suas repercussões espaciais. Na análise destas últimas, a abordagem será de tipo macro-espacial.

O tema dos dois sistemas de fluxo aparece como o novo paradigma da Geografia Urbana e do planejamento em países subdesenvolvidos.

SUMMARY

This work discusses the existence, in the cities of underdeveloped countries, of two economic flow systems, here denominated inferior and superior. Each of them is presented as a subsystem represented by city. Their existence is conditioned by the same group of factors, called technological modernization.

This contemporary modernization, in the countries of the Third World, tends to generate a limited number of jobs, for the established industries represent "intensive capital". This fact is considered as one of the explanations for the rural exodus and tertiary urbanization; in the cities of underdeveloped countries, the job offers are deteriorating.

The access to the offered goods and services varies qualitatively and quantitatively; differences in the salary levels justify the variation. These differences are the cause and effect of the existence of two flow systems that affect the production, distribution and consumption of the goods and services.

The study of spatial organization in underdeveloped countries can not be done without considering the existence of the two flow systems.

In this work the elements and characteristics of the two flow systems are established, as well as their spatial repercussions, and their analysis is made by means of a macro-spacial approach.

The subject of the two flow system appears as a new paradigm of the Urban Geography and of planning in underdeveloped countries.